

## DISPUTAS TERRITORIAIS ENTRE O MST E O AGRONEGÓCIO NO ASSENTAMENTO RODEIO – MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP<sup>1</sup>

**Wuelliton Lima**

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: [wuelliton.peres@unesp.br](mailto:wuelliton.peres@unesp.br)

**Fernanda Aparecida Matheus**

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: [manuelasaenz13@gmail.com](mailto:manuelasaenz13@gmail.com)

**Bernardo Mançano Fernandes**

Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, Brasil

E-mail: [mancano.fernandes@unesp.br](mailto:mancano.fernandes@unesp.br)

### Resumo

Os assentamentos de reforma agrária são territórios disputados entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais e corporações do agronegócio. No estado de São Paulo, tal dinâmica foi reproduzida nos projetos de assentamentos estaduais, ganhando força com a aprovação, em 2022, de duas leis que regulamentam a disponibilização de terras públicas para o mercado. E, é em meio a esta situação adversa de precarização e disputas, que as famílias assentadas buscam formas de resistir na e pela terra. Nosso objetivo é analisar, a partir da dinâmica vivenciada no assentamento Rodeio, como acontece esse enfrentamento no cotidiano das áreas de reforma agrária entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o agronegócio, observando as estratégias de avanço do capital e de resistência camponesa. A metodologia para sua escrita tem como base as reflexões teórico-metodológicas travadas na Rede DATALUTA – Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios, a revisão bibliográfica e os trabalhos de campo realizados no âmbito da pesquisa vinculada ao projeto Pró-Humanidades, que tem como premissa discutir ações e propor políticas públicas que contribuam com a emancipação do campesinato.

**Palavras-chave:** Movimentos Socioterritoriais; Produção; Comercialização; Titulação; Conflitualidade.

## TERRITORIAL DISPUTES BETWEEN THE MST AND AGRIBUSINESS IN THE RODEIO SETTLEMENT – MUNICIPALITY OF PRESIDENTE BERNARDES – SP

### Abstract

Agrarian reform settlements are disputed territories between socio-spatial and socioterritorial movements and agribusiness corporations. In the state of São Paulo, this dynamic was reproduced in state settlement projects, gaining strength with the approval, in 2022, of two laws that regulate the availability of public lands for the market. And, it is in the midst of this adverse situation of precariousness and disputes, that settled families seek ways to resist on and through the land. Our objective is to analyze, based on the dynamics experienced in the Rodeio settlement, how this confrontation happens in the daily life of agrarian reform areas between the Landless Rural Workers Movement (MST) and agribusiness, observing the strategies of capital advancement and resistance.

---

<sup>1</sup> O artigo é uma revisão do trabalho publicado entre os Anais da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-SP (2024).

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.*

peasant. The methodology for its writing is based on the theoretical-methodological reflections carried out in the DATALUTA Network – Brazilian Network for Research on Struggles for Spaces and Territories, the bibliographic review and fieldwork carried out within the scope of research linked to the Pró-Humanidades project, which Its premise is to discuss actions that contribute to the emancipation of the peasantry and the proposition of public policies.

**Keywords:** Socioterritorial Movements; Production; Commercialization; Titration; Conflict.

## **DISPUTAS TERRITORIALES ENTRE EL MST Y LA AGROINDUSTRIA EN EL ACUERDO DE RODEIO – MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP**

### **Resumen**

Los acuerdos de reforma agraria son territorios en disputa entre movimientos socioespaciales y socioterritoriales y corporaciones de agronegocios. En el estado de São Paulo, esta dinámica se reprodujo en los proyectos estatales de colonización, ganando fuerza con la aprobación, en 2022, de dos leyes que regulan la disponibilidad de tierras públicas para el mercado. Y es en medio de esta situación adversa de precariedad y disputas, que las familias asentadas buscan formas de resistir en y a través de la tierra. Nuestro objetivo es analizar, a partir de la dinámica vivida en el asentamiento de Rodeio, cómo se da este enfrentamiento en el cotidiano de las zonas de reforma agraria entre el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el agronegocio, observando las estrategias de avance del capital y de resistencia campesina. La metodología para su redacción se basa en las reflexiones teórico-metodológicas realizadas en la Red DATALUTA – Red Brasileña de Investigación sobre Luchas por Espacios y Territorios, la revisión bibliográfica y el trabajo de campo realizado en el ámbito de las investigaciones vinculadas al proyecto Pró-Humanidades, cuya premisa es discutir acciones que contribuyan a la emancipación del campesinado y la propuesta de políticas públicas.

**Palabras-clave:** Movimientos socioterritoriales; Producción; Comercialización; Valoración; Conflicto.

### **Introdução**

Os assentamentos de reforma agrária são territórios disputados entre movimentos socioespaciais e socioterritoriais e corporações do agronegócio. Essa disputa nos faz compreender que a conquista deste território pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terras é uma luta permanente, porque o capital reage e mobiliza sujeitos para atuarem no sentido de desterritorializar as comunidades que ali se formaram a partir das ocupações de terras, tanto pela expulsão dos camponeses da terra quanto pela subordinação de suas territorialidades pelo agronegócio, subordinando-as.

Nacionalmente, o desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e reforma agrária e o avanço da privatização de terras públicas, no período pós golpe (Malerba; Pinto, 2023), contribuíram com avanço das territorialidades do agronegócio e desterritorialidade do campesinato, ou descampesinização (Ploeg, 2016). No estado de São Paulo, tal dinâmica foi reproduzida nos projetos de assentamentos estaduais, ganhando força

com a aprovação, em 2022, de duas leis que regulamentam a disponibilização de terras públicas para o mercado. E, é em meio a esta situação adversa de precarização e disputas, que as famílias assentadas buscam formas de resistir na e pela terra.

Nosso objetivo é analisar, a partir da dinâmica vivenciada no assentamento Rodeio, localizado em Presidente Bernardes - SP, como acontece esse enfrentamento no cotidiano das áreas de reforma agrária entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o agronegócio, observando as estratégias de avanço do capital e de resistência camponesa. A metodologia para sua escrita tem como base as reflexões teórico-metodológicas travadas na Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (REDE DATALUTA) e no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), a revisão bibliográfica e os trabalhos de campo realizados no âmbito da pesquisa vinculada ao projeto Pró-Humanidades, que tem como premissa discutir ações que contribuam com a emancipação do campesinato e a proposição de políticas públicas.

O desenvolvimento do debate teórico está orientado pela categoria de análise “movimentos socioespaciais e socioterritoriais” em termos do seu caráter de disputa, mediação do espaço e apropriação do território (Silva; Sobreiro Filho; Fernandes, 2021; Halvorsen; Fernandes; Torres, 2022), enquanto ações coletivas com potencial de questionar a hegemonia do modelo capitalista e pela concepção político conceitual de Reforma Agrária Popular, em construção pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014) que entende a reforma agrária como um projeto político com capacidade de dialogar com as necessidades de acesso à terra e trabalho para trabalhadoras e trabalhadores do campo, com a demanda do conjunto da população por alimentos saudáveis, bem-estar humano e respeito e cuidado com o ambiente e a produção agroecológica.

Os dados da pesquisa no assentamento Rodeio demonstram uma diversidade de formas de usos e organização do território, desde produção convencional de alimentos e *commodities*, baseada na utilização de insumos de origem industrial, agrotóxicos e adubos sintéticos para produção, sobretudo, de sementes de gramíneas e feno, até à produção orgânica e agroecológica diversificada, organizada e comercializada por camponesas e camponeses articuladas(os) pelo MST.

## **A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a conquista do assentamento Rodeio**

O assentamento Rodeio foi criado em março de 1997, em uma área de 1.861 hectares, no município de Presidente Bernardes, na região do Pontal do Paranapanema (SP), pela política estadual de regularização fundiária do estado de São Paulo, beneficiando 65 famílias. A conquista desse assentamento se insere no contexto dos intensos processos de lutas protagonizados pelo MST na região, especialmente na década de 1990, reivindicando a arrecadação e destinação das terras públicas devolutas para reforma agrária (Fernandes, 1996; Feliciano, 2007; Sobreiro Filho, 2012; Lima, 2023).

Em outubro de 1995, o MST realizou uma ocupação no município de Sandovalina, originando o acampamento Taquaruçu. Posteriormente, em março de 1997, destaca entre estas famílias, um grupo para montar acampamento na fazenda Rodeio, onde em setembro do mesmo ano inicia-se o parcelamento da área (Miralha, 2009; Matheus; Luz, 2019).

De acordo com Mazzini (2007), o MST foi um dos principais movimentos responsáveis pela conquista de assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, tendo, a ocupação de terras, como principal instrumento de ação no processo de luta e pressão aos governos para realização da reforma agrária (Fernandes, 2008). Segundo Miralha (2006) o assentamento Rodeio é um exemplo de território conquistado via luta da terra.

Consideramos que as relações entre o MST e as camponesas e camponeses assentadas(os) são um indicativo da organização política das famílias, reconhecendo as necessidades de seu território e contribuindo com a formulação de políticas públicas. Segundo Lima (2023) desde a implantação do assentamento Rodeio até a atualidade, o MST se faz presente no território organizando eventos de debate, cursos de formação técnica e política, mutirões ambientais, como se constata pela entrevista com dirigente regional do setor de produção do MST:

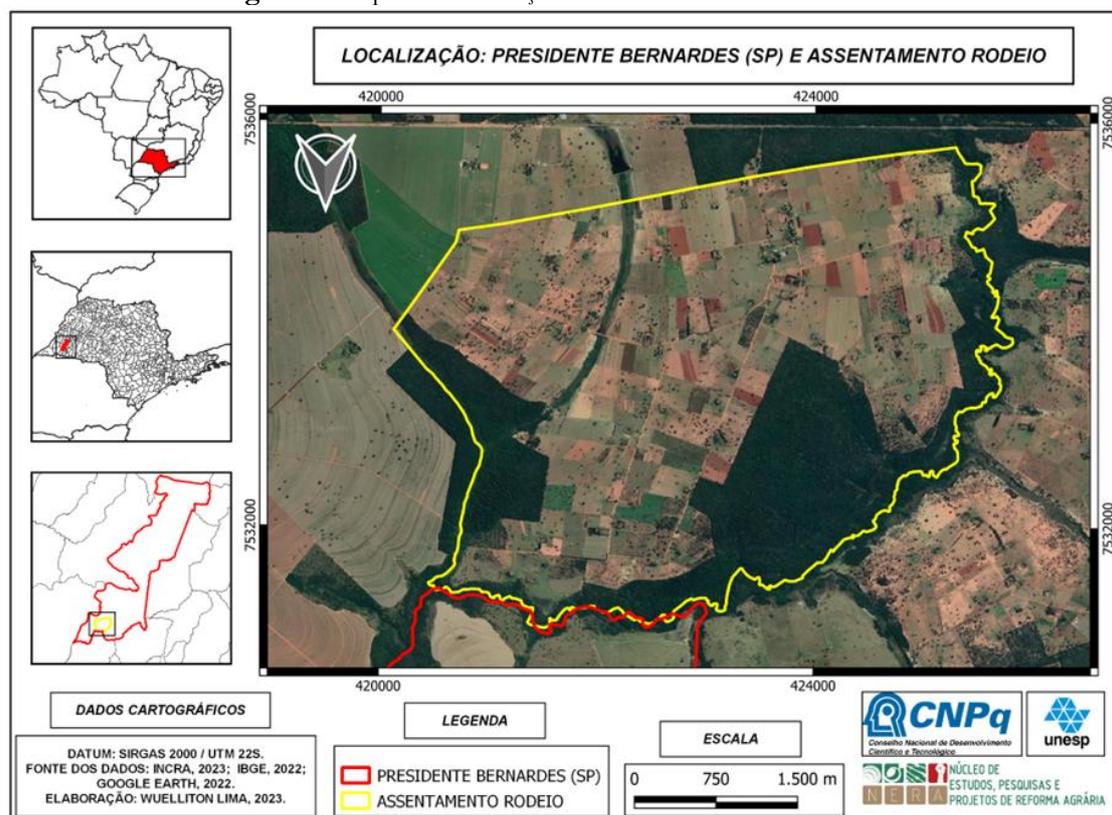
O assentamento Rodeio vai ser um assentamento em que algumas famílias do território são importantes lideranças no processo de organização da produção, “né”. Então você vai ter ali pessoas que participaram da criação do setor de produção na região, que participaram da direção da COCAMP, que foi uma experiência muito importante, “né”, na articulação, na organização da prestação de serviços e assistência técnica para as famílias assentadas da região. E você vai ter, também, pessoas que fizeram curso de formação, são técnicos formados pelo MST que vai fazer esse processo de discussão e de regência do setor de produção, então, o assentamento Rodeio é um local, mesmo que você não tenha um... planejamento mais organizado, digamos assim, o setor de produção está atuante o tempo

todo, como na articulação da associação, na organização da entrega de cestas na UNESP, na articulação da Feira da Reforma Agrária em Presidente Prudente, etc. (Entrevista concedida em: 07 jun.2023).

Vale destacar que na região do Pontal do Paranapanema, há uma grande concentração de comunidades oriundas de processos de luta pela terra, contabilizando em 2012, o total de 112 assentamentos (DATA LUTA, 2013). No município de Presidente Bernardes, além do assentamento Rodeio, encontramos outros sete territórios conquistados em decorrência dos processos de luta pela terra, são os assentamentos: Água Limpa I, Estância Palú, Santa Eudóxia, Santo Antonio, Quatro Irmãos, Água Limpa II e Florestan Fernandes, que segundo Miralha (2006) tem provocando modificações na paisagem, crescimento populacional e dinamizando a economia local.

Na Figura 1, visualizamos o mapa de localização do município de Presidente Bernardes e do assentamento Rodeio. De acordo com nossas observações de campo, o território analisado está distante aproximadamente 50 km do centro urbano de Presidente Prudente - SP e com fácil acesso à rodovia, o que representa um potencial na organização da comercialização da produção, aspecto sobre o qual vamos discorrer posteriormente.

**Figura 1.** Mapa de localização do território do assentamento Rodeio



Fonte: Lima (2023).

É importante destacarmos as condições de desequilíbrio ecológico e degradação dos solos, em que tais assentamentos foram implantados, devido a exploração predatória exercida pelo latifúndio-agronegócio nestas áreas, por um longo período de tempo. Isso, associado às condições estruturais e de baixa fertilidade natural dos solos (Miralha, 2006; Lima, 2023).

De acordo com Miralha:

Das 69 famílias que ocuparam a Fazenda Rodeio, foram assentadas 65 famílias em uma área de 1.861 hectares. O solo desse assentamento, diferentemente do Assentamento Água Limpa I, apresentava fertilidade baixa devido ao solo ser arenítico e também em virtude da degradação ocorrida por meio do cultivo das lavouras de café e algodão, em meados do século XX e pelas pastagens nas últimas décadas do século passado (Miralha, 2006, p. 94).

Tal análise é corroborada pela entrevista concedida por uma liderança assentada no assentamento Rodeio, em 06 de outubro de 2023:

Antes na Fazenda Rodeio era pasto! Se criava muito boi e se aproveitava para produção de leite. Teve um período que eles arrendavam para o plantio de cana de açúcar e, em outra parte da área, eles arrendavam para plantar milho, abóbora, tomate e outras culturas. E, por incrível que pareça, era a parte melhor que nós tínhamos do assentamento para produzir... Era a parte fértil na antiga área, "né"? Quem foi assentado ali deu sorte. Porque a cana teve um grande problema quando nós chegamos lá, as pessoas não conseguiam produzir determinados tipos de lavoura por conta do veneno que usavam... no caso o "thornton". Então, você plantava folhas redondas, como abóbora e tal... qualquer folha redonda, hortaliças, árvores, não dava. Ficou uns quatro anos para se recuperar com calagem e pastagem.

Com base nos elementos elencados anteriormente podemos interpretar os assentamentos no Pontal do Paranapanema como uma conquista da luta pela terra, que conseguiu conquistar territórios e reterritorializar o campesinato, mas que enfrenta grandes desafios, em função das condições de degradação ecológica das áreas em que foram implantados, das condições ambientais inerentes à região e frente as constantes investidas do agronegócio, como discutiremos a seguir.

### **Resistência ou subordinação? as territorialidades expressas na lógica de organização da produção e da comercialização**

O modelo de desenvolvimento do agronegócio se constitui em um complexo de interesses, processos, sujeitos e instituições que controla, desde a produção, beneficiamento, comercialização e circulação de insumos, máquinas e equipamentos, produtos

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.*

agrícolas/commodities, conhecimento e tecnologia, impondo uma territorialidade, onde o campesinato participa de forma marginal e subordinada.

Controlando os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, o agronegócio é um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos. Com essa estrutura as corporações capitalistas passaram a controlar as sementes e as tecnologias, além da terra, do trabalho e da produção. Desse modo, a participação do campesinato no modelo de desenvolvimento do agronegócio é sempre marginal e subordinada aos interesses das corporações. O uso do trabalho assalariado é predominante, embora esteja diminuindo por causa da intensificação da mecanização e da robotização (Fernandes, 2019, p. 193).

É um modelo ditado pelas corporações transnacionais, fundamentado na concentração fundiária; monoculturas; desmatamento e destruição ambiental; violência no campo; uso de organismos geneticamente modificados e insumos industriais altamente demandantes de energia, degradantes e poluentes; desterritorialização de comunidades tradicionais, seus modos de vida e cultura; mercantilização dos alimentos, distribuídos e comercializados em longas cadeias de comercialização (Origuela, 2019; Porto-Gonçalves, 2004; Matheus, 2023). Em contraposição ao modelo de desenvolvimento camponês, alicerçado na produção orgânica e agroecológica, na conservação da cultura local e da biodiversidade, na cooperação e ajuda mútua e na organização das camponesas e camponeses em movimentos socioespaciais e socioterritoriais.

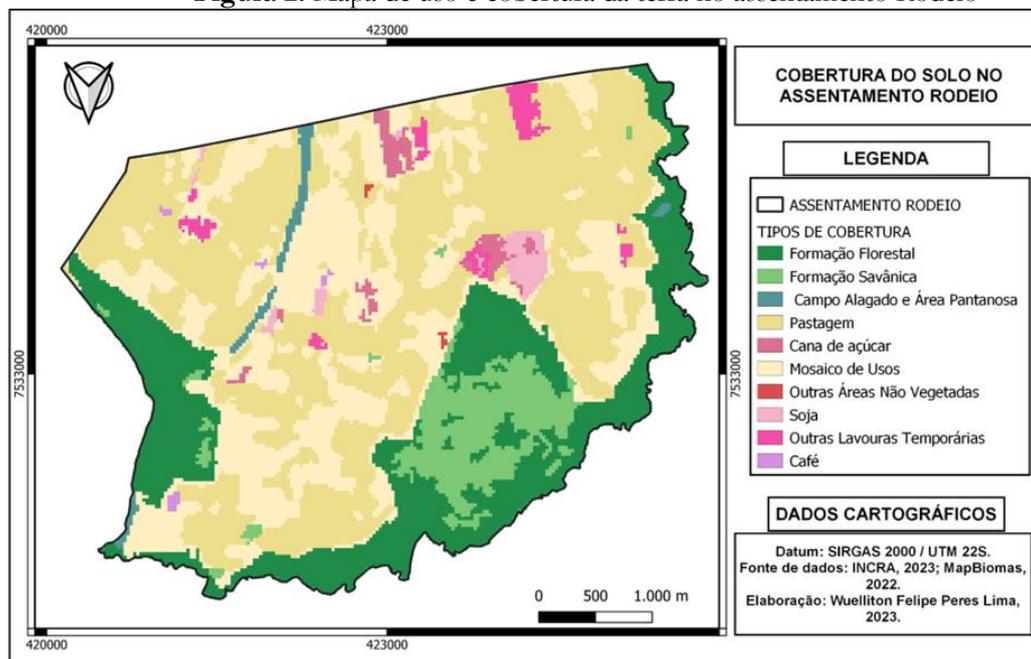
Neste contexto, mesmo frações do território camponês, como os assentamentos são disputados entre dois modelos de desenvolvimento diferentes e antagônicos (Roos, 2016; Origuela, 2019), propondo distintas territorialidades, que compreendem a multidimensionalidade e multiescalaridade das formas de uso dos territórios, com seus sistemas de objetos e sistemas de ações organizados para atender interesses e necessidades específicas dos grupos que as produziu (Fernandes, 2005; 2009).

O diálogo e entrevistas com as camponesas e camponeses, durante os trabalhos de campo e mapeamento via sensoriamento remoto permitiram a produção de diferentes informações qualitativas, sobretudo em relação às formas de uso e organização dos territórios, ou seja, as territorialidades, como visualizamos na Figura 2.

O mapa da Figura 2 indica a predominância de cultivos de pastagens na área do assentamento, dos 65 lotes, destes 15 estão produzindo sementes de capim e, sendo que 7 famílias se dedicam exclusivamente à produção de sementes e feno. No entanto, também

observamos uma multiplicidade de formas de uso do território para cultivo agrícola, como de cana-de-açúcar, café e soja, além de culturas temporárias, como olerícolas e forrageiras e árvores frutíferas, que no mapa incluímos nas categorias “outras lavouras temporárias” e “mosaicos de usos” (Lima, 2023).

**Figura 2.** Mapa de uso e cobertura da terra no assentamento Rodeio



Fonte: Lima (2023).

Atribuímos o uso múltiplo do território à presença do MST na organização dos camponeses assentados. Como salientou uma das lideranças entrevistadas, há uma atuação histórica do MST, na formação e capacitação dos sujeitos, nos diferentes níveis, desde a alfabetização à pós-graduação, debatendo a política da agroecologia e da agricultura orgânica, propondo e desenvolvendo experiências práticas de produção não subordinadas à lógica do agronegócio. Como a entrevista com dirigente regional do setor de produção do MST, no Pontal do Paranapanema.

Aqui na região do oeste paulista o debate sobre as agroflorestas foi bem importante num determinado período. E mesmo que essas experiências... elas não continuem em sua totalidade, mas elas deixam muitos ensinamentos... elas deixam muitas práticas, “né”, que as famílias vão aproveitando, ora totalmente ora parcialmente, mas a cobertura de solos, o próprio sombreamento, a introdução de árvores no sistema de produção, o aproveitamento da matéria orgânica, resto de palhada, resto de folhas, “né” (Entrevista concedida em: 07 jun. 2023).

A constatação de diferentes formas de uso do território, baseada em territorialidades camponesas e do agronegócio é um indicativo para pensar diferentes demandas das famílias assentadas, desde a produção agroecológica e orgânica até as famílias envolvidas na lógica da produção e comercialização agrícola em diferentes escalas (Lima, 2023).

No contexto das disputas pelas territorialidades, no assentamento Rodeio, observamos, em contraposição ao modelo camponês, de produção agroecológica, a subordinação do território camponês à lógica do agronegócio, sobretudo, no que se refere ao cultivo sementes de gramíneas, material de propagação utilizado para recomposição de pastagens destinada à alimentação de ruminantes, especialmente bovinos (Vieira Júnior; Cabral; Factori; Ribeiro; Arrigoni; Costa, 2023).

A atividade pecuária é importante na economia do campesinato, mas, sobretudo, do agronegócio, para exportação de carne (Girardi, 2022). De acordo com os depoimentos, o interesse pelo cultivo de sementes e feno é decorrente da insatisfação com o retorno econômico de outras linhas de produção, como o leite e olerícolas, principalmente após 2017, com o retrocesso das políticas públicas voltadas para a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Aspecto que afeta negativamente a reprodução do grupo familiar, contribuiu para o endividamento das agricultoras e agricultores e para a saída de jovens e mulheres em busca de alternativas econômicas.

Isso vale também para as famílias que produzem de forma subordinada a lógica do capital, o que é no caso do pessoal do capim. Eles entram nessa por falta de alternativa. Por isso a necessidade de políticas públicas que subsidiem a produção e a comercialização agroecológica. Pensando no retorno e permanência das mulheres e dos jovens nos assentamentos e a reprodução econômica das famílias como um todo (Entrevista concedida em 30 de out. de 2023).

Como destacam Alves, Cirino Júnior, Rocha, Vieira, Eugenio e Leite (2021), as gramíneas são espécies vegetais muito sensíveis ao clima, a forma de manejo e a presença de animais, o que exige cuidados específicos para a produção de sementes de boa qualidade, com elevada taxa de germinação. Assim, a produção de sementes de capim é muito dependente de agroquímicos, como fertilizantes nitrogenados (Canto; Barth Neto; Pancera Júnior; Gasparino; Boleta, 2012), inseticidas e herbicidas, principalmente para controlar o ataque de insetos herbívoros e a proliferação de outras espécies vegetais competidoras, que

germinam espontaneamente. O uso intensivo de agrotóxicos afeta a biodiversidade, com prejuízos especialmente para espécies polinizadoras, como as abelhas (Lopes; Sales, 2020).

A comercialização da produção convencional, no caso das sementes, é articulada junto às grandes empresas que atuam com a comercialização do insumo, fornecendo aos pecuaristas da região e de outros estados do país ou é entregue a intermediários, conhecidos como atravessadores. No caso da produção agroecológica, parte é destinada aos programas de compras institucionais, que nos últimos anos tem se resumido ao Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

A agroecologia, como forma de enfrentamento e resistência ao agronegócio, é praticada por três famílias, que mantêm uma produção bastante diversificada, desde olerícolas, frutas e grãos. Nos últimos 2 anos, duas destas famílias estão experimentando a produção de milho orgânico, com certificação, em parceria com uma empresa de produção de ovos orgânicos e nesta safra darão início ao cultivo de soja não transgênica e orgânica (Lima, 2023). E uma das famílias tem demonstrado maior interesse pela constituição de Sistemas Agroflorestais (SAF).

De acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Brasil (CNPO), atuam no município de Presidente Bernardes (SP) 3 produtores certificados, a partir de entrevistas, constatamos que estas(es) agricultoras(es) são do assentamento Rodeio. No Quadro 1 podemos identificar a variedade de alimentos produzidos de forma agroecológica/orgânica no território pesquisado. Os alimentos certificados somam um total de 44 itens, contando com hortaliças folhosas, frutas, legumes, tubérculos, raízes tuberosas e grãos (Lima, 2023).

**Quadro 1.** Alimentos orgânicos certificados no assentamento Rodeio

<b>Nº DO LOTE</b>	<b>ALIMENTOS CERTIFICADOS</b>
Lote 29	Feijão e Milho
Lote 12	Abacate, abobrinha, acelga, acerola, alface, almeirão, banana, batata-doce, biribá, berinjela, beterraba, brócolis, café, cana-de-açúcar, carambola, cebolinha, cenoura, chicória, coentro, couve, espinafre, feijão, feijão verde, graviola, jaca, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maxixe, pepino, pequi, pimentão, pitanga, quiabo, repolho, rúcula, salsa, tomate, umbu, urucum e vagem.

**Fonte:** Lima (2023).

Segundo Lima (2023), a motivação da produção da busca pela obtenção da certificação orgânica, está pautada pelos princípios da agroecologia, mas também pela busca

da viabilização econômica das unidades de produção camponesas. Em depoimento colhido por Lima, temos o seguinte relato de um dos camponeses com produção certificada:

A certificação partiu de uma... sequência dos nossos princípios, da agroecologia. E também de conversas, sobretudo com um “camarada” nosso aqui em Presidente Prudente (SP), que tinha uma loja de orgânicos e reclamava muito da dificuldade que tinha em buscar produtos fora... em Maringá (PR) ou em São Paulo (SP). E que ele acreditava que, se a gente produzisse orgânico, ele conseguiria absorver na loja dele. Então a gente partiu dessa ideia. Ele nos apresentou para a certificadora, a TECPar, lá do Paraná. E a gente iniciou todo o processo de certificação, já que a gente tinha uma área de agroecologia, onde já tinha aberto mão de usar produtos químicos, né. Então foi uns seis meses... oito meses para a conquista do primeiro certificado de orgânico e, até hoje, que vai fazer quatro anos, expandimos e permanecemos com selo de orgânico, demonstrando a possibilidade de produzir alimento sem veneno. Hoje temos três famílias assentadas no Rodeio com certificação orgânica: eu e mais dois companheiros. Um deles era certificado antes, ele começou com a gente, aí ele ficou um tempo sem certificação e agora voltou a ser certificado outra vez (Entrevista concedida em: 07 set. 2023).

O desafio da construção da agroecologia, de acordo com os depoimentos das famílias assentadas e lideranças do MST, além dos aspectos da demanda por recursos para investimento e custeio e técnico-agronômicos da produção em si, está ligado à dimensão da comercialização. Neste sentido, a atuação junto aos programas de compras institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi muito importante para a diversificação da produção.

Com a diminuição de recursos para manutenção destes programas, as famílias que produzem com base na agroecologia buscaram outras formas de comercializar seus produtos, via circuitos curtos de comercialização (Matheus, 2023), como é o caso da participação de uma experiência de CSA, entregando alimentos para um grupo de coagricultoras(es) no município de Presidente Prudente (Matheus; Luz, 2019).

A comercialização, também é realizada na Feira da Reforma Agrária, em Presidente Prudente, por meio de uma parceria entre o coletivo cultural Galpão da Lua, o MST e Consulta Popular, com apoio de vários sindicatos (Matheus; Ferreira; Lima; Silva, 2023). E nas Cestas Agroecológicas e Solidária Raízes do Pontal, organizada pelos grupos de Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia do Pontal (NEAPO), em parceria com o MST, efetuando entregas para professores, estudantes de funcionários da UNESP-Presidente Prudente (Rabello; Silva; Negrão, 2019).

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.*

De acordo com entrevistas, em 2023, seis famílias do assentamento, estabeleceram contrato com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Presidente Prudente, para o atendimento de parte da demanda do Restaurante Universitário, por meio do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Outra iniciativa na qual a produção agroecológica dos assentamentos Rodeio é comercializada é na feira da agricultura familiar, promovida pelo Serviço Social do Comércio (SESC), em Presidente Prudente.

### **Titulação e os interesses do agronegócio pelas terras públicas**

A regularização fundiária representa um dos impasses da questão agrária brasileira (Girardi, 2008) e nos últimos anos, o interesse do agronegócio por se apoderar de novos espaços e territórios, têm forçado o Estado brasileiro a modificar a legislação, facilitando o avanço sobre as terras públicas:

Não por acaso, a partir de 2010, as entidades representativas do agronegócio passaram a atacar explicitamente os instrumentos e políticas de democratização do acesso à terra e a demandar políticas de regularização fundiária e ambiental que validassem ocupações ilegais de terras públicas e áreas desmatadas ilegalmente. Na esteira desse processo, em 2009, foi criado o Programa Terra Legal (Lei nº 11.952) com o intuito de acelerar o processo de regularização fundiárias em terras públicas federais que tenham sido ocupadas na Amazônia Legal antes de dezembro de 2004. Em 2012, já sob o governo Dilma, o Código Florestal foi alterado a fim de reduzir as regras de proteção socioambiental a que estão submetidos os imóveis rurais e regularizar áreas desmatadas ilegalmente. Ambas as iniciativas, ao criarem condições para privatização de terras públicas e regularização ambiental de áreas desmatadas, visavam atender às exigências de um mercado cada vez mais ávido, por um acesso estável e legal à terra e aos bens naturais (Pinto; Malerba, 2023, p.6).

No que se refere às terras públicas destinadas à reforma agrária, a disponibilização destas para o mercado, tem sido efetivada pela política de titulação definitiva dos assentamentos, quase que exclusivamente, por meio da transferência da propriedade da terra para os beneficiários da reforma agrária, através dos títulos de domínio. Nos assentamentos federais, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, tais procedimentos são regulamentados pela legislação vigente, a Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017, regulamenta a regularização de terras rurais e urbanas e de terras na Amazônia Legal, a liquidação de créditos concedidos a assentados da reforma agrária e a regularização de terras na área da Amazônia Legal e; a alienação de imóveis da União (Brasil, 2017).

Segundo Pinto e Malerba (2023) a Lei 13.465/2017 expressa o retrocesso na realização da reforma agrária e de democratização da terra no país. Pois apesar da transferência de título de propriedade privada da terra estar prevista na legislação desde 1993, a lei vigente, dificulta e em determinadas situações impede, modalidades de títulos que concede o uso da terra aos beneficiários, mantendo o domínio público, como é o caso, da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e flexibiliza as condições e prazos para a recolocação das terras no mercado. Além de ser de não estar associada a políticas públicas de desenvolvimento e consolidação dos territórios de reforma agrária.

A titulação definitiva dos assentamentos, bem como a entrega de um documento que assegure às famílias beneficiárias de projetos de reforma agrária, o acesso a crédito bancário e o direito de permanecer e transferir a titularidade do pedaço de terra conquistado é um direito legal, tanto em âmbito federal, quanto estadual. Contudo, o que está em questionamento são os termos em que tais documentos estão sendo concedidos, sem levar em consideração o debate acumulado pelos movimentos socioterritoriais que lutam pela democratização da terra no país, as reais condições para a reprodução econômica e social das famílias e os riscos da reconcentração fundiária.

Ademais de toda a dinâmica de precarização dos assentamentos, em função da destruição das políticas públicas federais, no período de 2016-2022. No estado de São Paulo, o atual governo estadual vem empreendendo um processo de contrarreforma agrária, através da tentativa de privatização das terras públicas estaduais, sejam aquelas já conquistadas pelos movimentos socioterritoriais, de acordo com a Lei 17.517/2022 (São Paulo, 2022a) ou das terras devolutas ainda não destinadas para reforma agrária, conforme a Lei 17.557/2022 (São Paulo, 2022b).

Os processos de luta pela terra no estado de São Paulo, nos anos 1980 (Fernandes, 1996) fizeram com que o governo estadual instituisse a Lei 4.957/1985 (São Paulo, 1985), que através dos Planos Públicos de Valorização e Aproveitamento dos Recursos Fundiários, destina terras públicas para o assentamento de famílias sem terras (Matheus, 2018), como é o caso do assentamento Rodeio. A referida lei, prevê a titulação dos assentamentos em duas fases. Uma primeira fase experimental, de cinco anos, em que as famílias assentadas, recebem um documento de caráter provisório, o Termo de Uso da Terra. E na segunda fase, o estado emite um título definitivo, na forma de Concessão de Uso da Terra, que confere as/aos beneficiárias/os condições de acessar créditos bancários, dentre outras garantias, inclusive

A Lei 4.957/1985 passou por duas modificações, a primeira em 2016, pela Lei 16.115/2016, que mantém a questão da titulação como fixado anteriormente e passa a prever a possibilidade de parcerias. A segunda alteração, se dá com aprovação da Lei 17.517/2022. Com base na Lei 17.517/2022, é permitida a exploração do lote em parceria e a titulação definitiva passar a ser feita exclusivamente, com base na transferência de títulos de domínio, podendo estes serem negociadas, após 10 anos de sua outorga, desde que já tenham sido quitados e cumpram com os requisitos exigidos pela legislação vigente (São Paulo, 2022a).

**Figura 03.** Banner de divulgação da reunião sobre titulação do ITESP



Fonte: cedida pelas famílias assentadas (2023).

No dia 27 de julho de 2023, por exemplo, como visualizamos pelo banner de divulgação, figura 3, acima, houve uma "reunião de sensibilização sobre a titulação", promovida pelo ITESP. Entretanto, as lideranças do MST na região, denunciam que o processo de titulação das áreas estaduais, tem sido efetuada sem diálogo, em uma dinâmica que demonstra o compromisso do governo estadual com os interesses do agronegócio, de territorialização sobre as terras públicas estaduais.

Entre as famílias assentadas, o que se observa no assentamento Rodeio, assim como nos demais assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, é a expectativa de ter alguma forma de titulação definitiva, como prevê a legislação. O que na nossa interpretação,

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.*

não necessariamente significa a intenção de negociar a terra conquistada. Contudo, a ausência de políticas públicas, a precarização das condições de vida, de produção e comercialização, o envelhecimento da população e o desinteresse dos descendentes em continuar com o lote, devido à falta de perspectiva de se obter renda, garantir conforto e acesso à equipamentos sociais de saúde, educação e entretenimento, podem ser fatores que levem as famílias assentadas a abrir mão do lote, repassando-o para outro interessado.

Vale ressaltar, que a titulação definitiva de um assentamento deveria ser a culminância do processo de consolidação deste território, em termos econômicos e sociais, em outras palavras, somente poderia se dar após a execução de um conjunto de políticas públicas, de apoio e fomento ao desenvolvimento econômico e social das famílias e do território (Pinto; Malerba, 2023), o que não se verifica na realidade pesquisada. Também teria que levar em consideração a dinâmica organizativa e de luta das famílias assentadas para a definição da modalidade de título a ser outorgado. Bem como o risco de desterritorialização destas comunidades pelo agronegócio, em se tratando do Título de Domínio, que promove a transferência da propriedade para as famílias beneficiárias, permitindo a transferência posterior a terceiros.

### **Considerações Finais**

O MST, enquanto o principal movimento socioterritorial de luta pela terra no país, tem pautado, através de suas ações, de modo especial, pelas ocupações de terras, a efetivação de uma política de reforma agrária no país. Razão pela qual, tem se enfrentado com os interesses do latifúndio e do agronegócio. Na região do Pontal do Paranapanema, o foco desta disputa tem sido as terras públicas devolutas. Após anos de lutas, que resultaram em inúmeras conquistas, dentre as quais, a criação do assentamento Rodeio, no município de Presidente Bernardes, o desafio é manter seus territórios conquistados e territorialidades baseadas na cooperação, na produção de alimentos saudáveis e no respeito mútuo entre seres humanos e seres humanos-natureza.

A dinâmica de precarização dos assentamentos, pela ausência de políticas públicas de desenvolvimento e consolidação das áreas de assentamentos, enquanto territórios de produção e reprodução camponesa, aliada a uma política de titulação, comprometida com os interesses de disponibilização de terras para a espacialização e territorialização do agronegócio, dificulta a permanência e o trabalho das famílias beneficiárias nestas

comunidades. Frente ao exposto identificamos a expectativa das famílias do assentamento Rodeio de retomada das políticas públicas, de modo particular, o retorno dos programas de compras públicas de alimentos, bem como de instrumentos de renegociação das dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF).

Neste sentido, também compreendemos como fundamentais ações para o fomento da produção de alimentos sem uso de agrotóxicos, a valorização do trabalho familiar, preservação da cultura camponesa, a comercialização com base em circuitos curtos de comercialização, a promoção do ensino, pesquisa e experimentação em agroecologia e a difusão da certificação por controle social, aliada a política de pagamento com preços diferenciados da produção agroecológica.

## Referências

ALVES, C. P.; CIRINO JÚNIOR, B.; ROCHA, A. K. P.; VIEIRA, D. S. M. M.; EUGÊNIO, D.S.; LEITE, M. L. M. V. Respostas morfofisiológicas de plantas forrageiras sob manejo de lavoura e pastejo: uma revisão. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 6, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15405>. Acesso em: 19 de set de 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acesso em: 28 de novembro de 2023.

CANTO, M. W.; BARTH NETO, A.; PANCERA JUNIOR, E. J.; GASPARINO, E.; BOLETA, V. S. Produção e qualidade de sementes do capim-mombaça em função da adubação nitrogenada. **Bragantia**, Campinas, v. 71, n. 3, p. 430-437, 2012.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Rede Dataluta, 2013. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_pontal\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_pontal_2012.pdf). Acesso em: 05 dez. 2023.

FELICIANO, C. A. “Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários! **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11 p. 48-60, jul./dez. 2007.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo: Hucitec 1996.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 08 n. 06 p. 24-34, jan.-jun. 2005.

\_\_\_\_\_. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília MDA; São Paulo: UNIARA, 2008. p. 27-52.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

\_\_\_\_\_. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares e movimentos alimentares. **Revista RelaER**, v. 4, n. 7, p. 188-209, 2019.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, E. P. Brasil potência agrícola: dinâmicas recentes, projeções, contradições e fragilidades (2006-2029), **Confin** [Online], 54 | 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confin/44608>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Movimientos socioterritoriales. Casos de América Latina y Europa. **Geografando**, v.17, n.2, e097, nov. 2021- abr. 2022.

VIEIRA JÚNIOR, L. C. V.; CABRAL, L. S.; FACTORI, M. A.; RIBEIRO, F. A.; ARRIGONI, M. de B.; COSTA, C. Características da forragem que implicam no comportamento e consumo de ruminantes. **Veterinária e Zootecnia**, Botucatu, v. 20, n. 2, p. 9–19, 2023. Disponível em: <https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/1477>. Acesso em: 22 de set. de 2023.

LIMA, W. F. P. **Produzindo conhecimentos, colhendo transformações: tecnologias socioterritoriais de produção e comercialização de alimentos no Brasil (2020-2022) e Presidente Bernardes - SP (2023)**. 138f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

LOPES, R. A.; SALES, N. I. S. Utilização de agrotóxicos em pastagens e monoculturas e morte súbita de abelhas em Porangatu-GO. In. **Cadernos de Agroecologia - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

MASSEY, D. (2011). A counterhegemonic relationality of place. In: MCCANN, E.; WARD, K. (Ed.) **Mobile urbanism: cities and policymaking in the global age**. Minneapolis: University of Minnesota, 2011.

MATHEUS, F. A. **Agroecologia como movimento socioterritorial: um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo**. 308

*Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 46, v. 4 - Vol. Esp. da XXIII Semana de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Pres. Prudente, p. 164-182, agosto/2024.*

ISSN: 2176-5774

f. 2023. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

\_\_\_\_\_. **Ciência, terra e poder:** uso e apropriação territorial das terras públicas pelo capital no Sudoeste Paulista. 2018. 197f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_; LUZ, M. F. A produção e a comercialização agroecológica como ferramentas para materialização da concepção de Reforma Agrária Popular: a experiência do CSA Rodeio. In: **Anais da XX Jornada do Trabalho**, Presidente Prudente, 2019.

\_\_\_\_\_; FERREIRA; LIMA; SILVA. Entre desafios e potencialidades dos circuitos curtos de comercialização: a experiência da feira da reforma agrária de Presidente Prudente. In: **Anais XXI Semana de Geografia da FCT UNESP**. Presidente Prudente, 2023.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP:** uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 312 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

MIRALHA, W. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP.** 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa de Reforma Agrária Popular.** São Paulo: MST, 2014.

ORIGUÉLA, C. F. **Territórios e territorialidades em disputa:** subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C, W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: MARQUES, M.; OLIVEIRA, A. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo, 2004. (p.207-253).

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e a arte da agricultura:** um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RABELLO, D.; SILVA, L. S.; NEGRÃO, G. C. P. Estratégias de reprodução do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “Raízes do Pontal”. **PEGADA**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 62–80, 2019.

SILVA, A. A.; SOBREIRO FILHO, J.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, conflitualidades e contentious politics. In: SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, A; CRUZ, S. H. R.; PAULA, C. Q. (Org.). **Ofensiva e resistências:** ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Belém do Pará: Universidade Federal do Pará, 2021.

ROOS, D. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19 n. 30, p. 169-187, 2016.

SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Geografia em Questão**, v.5, n.2, 2012.

SOUZA, R. dos S. R. **As disputas territoriais pela produção alimentar em Presidente Bernardes no Brasil e Nunchía na Colômbia**: contribuição ao estudo comparativo. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.